



O JOVEM DO CAMPO E A INFLUÊNCIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO PARA A SUA PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL.¹

Wagner Ribeiro Albino

RESUMO

A sucessão familiar continua sendo um dos grandes problemas quando o tema se trata da agricultura familiar. Este artigo tem como objetivo analisar o papel das cooperativas de crédito na redução do êxodo rural, através de uma pesquisa aplicada à quarenta e três jovens, onde observamos quais os estímulos que os motivam a deixar o campo e se a cooperativa de crédito pode, de alguma forma, influenciar na tomada dessa decisão. Ao analisar de um modo geral, os jovens possuem um ideal definido, estudar para trabalhar na cidade; a grande maioria não se sente estimulado em permanecer no campo e a própria família não os incentiva para que fiquem. Muitos não conhecem as cooperativas de crédito, sendo assim, essas não influenciam na sua decisão, decisão essa já tomada desde cedo. Para chegar a esta conclusão, foi utilizada a metodologia de coleta de dados, através de pesquisas e entrevistas, onde através da abordagem quantiqualitativa de natureza exploratória obtivemos o alcance pretendido com os resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Jovem. Êxodo rural. Cooperativa de crédito.

1 INTRODUÇÃO

Criar condições para a permanência da população no campo é um desafio não apenas para o Brasil, mas para o mundo todo. A garantia de renda é fundamental, mas a decisão de ficar ou sair do campo vai muito além. Envolve fatores como a inclusão digital e o acesso à educação do campo, à cultura, ao esporte, à saúde, ou seja, as condições de cidadania e qualidade de vida também afetam a decisão de permanecer no campo.

Segundo Lodi (1987, p. 67), “uma centena de estudos sustenta a tese de que as sementes da destruição das empresas familiares restam dentro do próprio fundador e da família, ou que a sobrevivência da empresa está na capacidade da família de administrar

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Cooperativas de Crédito.

suas relações com a empresa e evitar as forças centrífugas nas fases de sucessão”. Desse modo, Lourenzani (2006, p. 44), observou que “o fortalecimento da agricultura familiar tem grande importância na redução do êxodo rural, pois apresenta grande potencial de criar condições e oportunidades de trabalho através de diversificados sistemas de produção”. O autor afirma ainda que, de maneira geral, o objetivo da maioria dos empreendimentos familiares no campo é crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para a geração jovem. Sendo assim, percebe-se a necessidade de desenvolver uma visão mais empreendedora por parte do jovem rural, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida.

As cooperativas de crédito e o crédito rural podem impulsionar os jovens produtores rurais, como um mecanismo para se desenvolver economicamente, aumentando assim produtividade, produção e conseqüentemente renda. O crédito rural caracteriza-se pela destinação de recursos financeiros, podendo ser oriunda da União, das instituições bancárias ou cooperativas de crédito, com finalidade de desenvolvimento da produção rural. Barros (2000, p. 67) descreve o crédito rural também como “[...] dinheiro oficial, ou particular especialmente vinculado, que o governo destina de forma subsidiada ao produtor rural ou às suas cooperativas de crédito”.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel das cooperativas de crédito na redução do exôdo rural, a partir do desenvolvimento das propriedades rurais e contribuir para uma análise sobre o êxodo rural entre os jovens, cujos pais vivem e/ou trabalham na agricultura familiar.

Para isso, foi realizada uma pesquisa empírica pura, onde foi coletado informações e posteriormente analisadas, tendo assim o tipo de pesquisa utilizada a pesquisa explicativa. O método utilizado para a coleta de dados foi através de pesquisas e entrevistas, onde através da abordagem quantiquantitativa de natureza exploratória obtivemos o alcance pretendido com os resultados da pesquisa. O campo de pesquisa foram quarenta e três jovens de cinco comunidades do município de Jaguaruna/SC, cuja família vive e desenvolve atividades no meio rural, onde foi adotado um questionário com perguntas essencialmente fechadas, onde se procurou identificar e mapear a realidade vivida pelo jovem.

Na sequência, faremos uma apresentação do trabalho que está organizado da seguinte forma: nos itens 2, 3 e 4 faremos uma apresentação sobre a agricultura familiar



e as escolhas do jovem em permanecer ou optar pela saída do campo; no item 5 mostraremos o levantamento e resultados dos dados pesquisados e no item 6 a conclusão do artigo.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

O termo agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, família e trabalho. Para Búrigo (2010, p. 454), “a agricultura familiar é uma atividade de grande importância socioeconômica e representa um modo de vida e uma alternativa econômica considerada como elemento estratégico para a construção de um estilo de desenvolvimento que valorize os preceitos da sustentabilidade”. Esta característica de trabalho e renda envolvendo a sustentabilidade, é um dos fatores que a torna um ramo diferenciado do agronegócio e da agricultura não familiar.

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. (MDA, 2019).

A Lei 11.326 de 2006, conhecida como a Lei da agricultura familiar, completou 13 anos. Esta estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Além de definir de forma objetiva o público beneficiário da política nacional da agricultura familiar e qualificar os empreendimentos familiares rurais. Esta lei informa que agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes. Também entram nessa classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

A agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. (IBGE, 2017).

Pietrafesa (2000), lembra que originalmente a diversificação da produção sempre foi estampa da agricultura de subsistência, fornecendo recursos necessários para a família sobreviver de sua produção. Hoje, a diversificação é vista como uma estratégia de redução dos riscos de produção. O agricultor familiar prefere investir em várias culturas que arriscar uma safra inteira em apenas uma. O agricultor familiar geralmente adota dois produtos comerciais, que compõem mais e dois terços de sua renda bruta familiar, e diversas outras culturas para o consumo interno, seja para a alimentação, ou para a geração de insumos.

Segundo Lamarche (1993) no meio rural, a juventude está presente na agricultura familiar por meio de sua inserção no trabalho familiar no estabelecimento agrícola, uma vez que essa caracteriza-se pela unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Este mesmo entendimento tem Silvestro (2001), onde acrescenta que

Na agricultura familiar os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho, auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

Porém, mesmo com a integração do jovem com o campo, seu crescimento neste espaço e seu aprendizado em decorrência da sua vivência, muitos não querem permanecer junto de suas famílias e dar continuidade a atividade rural.

3 O JOVEM² NO MEIO RURAL

Uma das grandes questões que envolve a agricultura familiar é a questão do êxodo e o envelhecimento da população rural. A distância que havia entre a cidade e o campo hoje não passa de uma linha tênue em muitos municípios. Toda essa questão de dificuldades dos jovens agricultores para a formação de novas unidades produtivas se torna um dos fatores que mais intensificam o êxodo rural e o envelhecimento dessa população. Muitos jovens não querem dar continuidade às atividades rurais semelhantes

² Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil são considerados jovens as pessoas com faixa etária de 15 anos à 24 anos.



a seus pais ou até mesmo por muito tempo a figura paterna está associada ao poder, portanto, o jovem não tem autonomia em suas escolhas.

As políticas de desenvolvimento rural voltadas à juventude não podem limitar-se à agricultura, tendo em vista que a agricultura familiar é multifuncional e pluriativa. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, sendo assim, suas rendas dependerão também de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas “novas atividades”, entre as quais temos as voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no meio rural, maiores suas chances de realização pessoal e profissional. (ABRAMOVAY, 2005).

Verifica-se no trabalho realizado por Carvalho (2007) que uma das causas da não sucessão na agricultura é a falta de incentivo por parte dos pais que trabalham neste setor. Observa-se que o estímulo recebido dos pais dos que hoje são proprietários é muito maior do que o incentivo que estes hoje repassam a seus filhos. Sobre esse levantamento Carvalho (2007, p.14) ainda afirma que

Essa transformação está relacionada com a diminuição da influência familiar, que perde força entre as gerações. De um modo geral assistimos a uma crise moral da família, assim como estão em crise os valores modernos. Vivemos um momento de crise moral muito intensa no capitalismo e como não poderia deixar de ser, esta representa reflexos intensos na agricultura familiar, visto que a influência familiar na zona rural sempre foi mais acentuada que na urbana.

O êxodo rural também se associa ao modelo de desenvolvimento brasileiro que colocou em contradição o meio rural do meio urbano, mostrando o primeiro como arcaico e o segundo como moderno, assim a agricultura foi perdendo status e cada vez mais foi se observando o desejo dos jovens em se deslocar para a cidade. Um caso observado no estudo de Carvalho (2007) é que muitos jovens, mesmo dizendo que residem nas propriedades rurais, passam a maior parte de seu tempo fora delas, seus interesses estão deslocados para atividades urbanas.

Nos últimos anos a industrialização está fazendo com que os centros urbanos cresçam mais que outras localidades, inclusive, atraiam a população destas (em geral do meio rural), criando uma certa “ilusão” ao jovem do campo, que crê em maiores oportunidades de renda. Isso ocorre com bastante frequência na região litorânea do estado de Santa Catarina, e percebemos essa movimentação, fazendo com que tenhamos um crescimento maior dos centros urbanos e uma diminuição da população do interior.

A grande maioria das jovens não veem as propriedades de seus pais como futuros negócios ou fonte de renda, pois os filhos homens é que acompanham as atividades da lida diária, às mulheres cabem os serviços domésticos. Essa falta de estímulos por essa



forma de vida faz com que procurem novos horizontes, ficando sempre atrás nos processos de sucessão dessa propriedade. Algumas recebem posteriormente como herança sua parte por direito, o que acabam passando a irmãos homens a valores menores que o mercado para que o bem não seja passado a terceiros. Por outras vezes durante a vida de seus pais os filhos homens trabalham e usufruem da propriedade como forma de acompanhar seus pais na idade avançada.

Ao ser estudado a questão do êxodo rural, depara-se com uma questão extremamente relevante nesse sentido, a educação. Com uma formação cada vez mais elevada, os jovens acabam incorporando o modo de vida urbana, vindo cada vez menos atrativos a continuar a profissão dos pais. Por muitas vezes os jovens não percebem que quanto mais se desenvolvem intelectualmente, mais podem melhorar sua qualidade de vida no meio rural e não necessariamente utilizá-los apenas para profissões em maiores centros com empregos assalariados.

4 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O cooperativismo surgiu como uma alternativa que produtores e trabalhadores encontraram para tentar mudar a realidade difícil que estavam passando, assim, resolveram se unir para formar as cooperativas, buscando melhores condições de trabalho, maior renda e melhor qualidade de vida e a gerência eram feitas pelos próprios integrantes dos grupos.

Um das modalidades de cooperativa existentes são as de Crédito, ou como alguns autores abordam, as Financeiras.

Entre os diversos tipos de associação cooperativa estão as cooperativas de crédito. Criadas para oferecer soluções financeiras de acordo com as necessidades dos associados. Elas são um importante instrumento de incentivo para o desenvolvimento econômico e social. Isto porque utilizam seus ativos para financiar os próprios associados, mantendo os recursos nas comunidades onde eles foram gerados. Na América Latina, o cooperativismo de crédito teve início em 1902, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, pelas mãos do padre suíço Theodor Amstad. Hoje, essa cooperativa faz parte do Sicredi com o nome de Sicredi Pioneira RS. (SICREDI. 2019).

Estas oferecem a seus associados e clientes serviços ditos “bancários”, mas com condições acessíveis, além de linhas de financiamento voltadas para um público específico, como o PRONAF (Programa de fortalecimento da agricultura familiar), que



possui como objetivo financiar atividades agropecuárias e não-agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. As atividades estão relacionadas ao turismo rural, a produção artesanal, bovinocultura leiteira, suinocultura e avicultura, sendo que todas pontuadas na manutenção e geração de emprego no meio rural. Outro programa que as Cooperativas de crédito possuem é o Programa de Microcrédito, consiste em uma política que contempla ações para facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores, visando à geração de trabalho e renda, e a redução das taxas de juros nos financiamentos. É um instrumento integrado e complementa as políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento local e regional, bem como àquelas relacionadas ao fortalecimento de aglomerações produtivas.

Estas políticas, entre outras, aparecem nos municípios e comunidades como forma de incentivo aos jovens a permanecer no meio rural. Com maior autonomia financeira, o jovem acaba por adquirir sua própria área de terra, desenvolvendo atividades relativas a agropecuária.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

Os resultados obtidos através da pesquisa serviram de base para a tabulação dos dados e posterior análise da situação dos jovens no que diz respeito a sua área profissional, ligação com o meio rural e seu entendimento sobre as cooperativas de crédito.

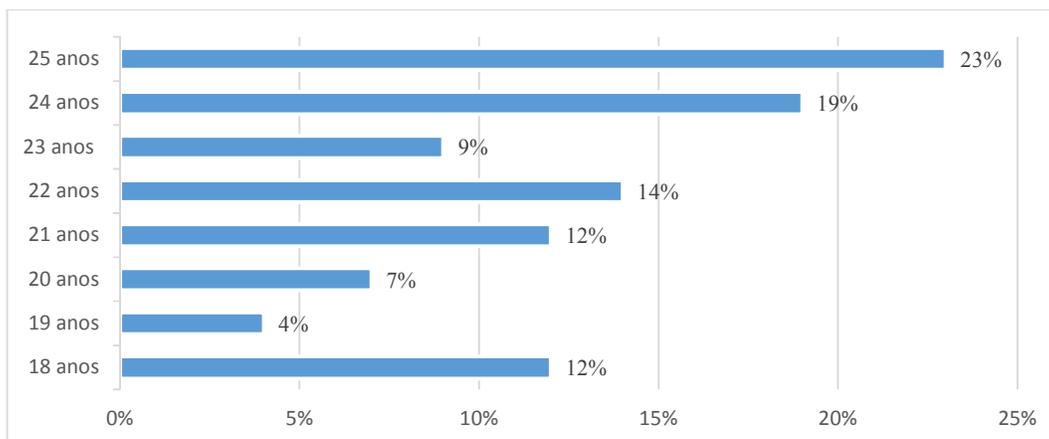
O capítulo está dividido em três tópicos: o primeiro mostra o perfil dos entrevistados; o segundo detalha sua relação com o campo e cidade; e o terceiro nos mostra se estes possuem alguma relação com as cooperativas de crédito.

5.1 Perfil dos jovens entrevistados

A análise de idade dos jovens revela que 12% possuem 18 anos de idade, 4% possuem 19 anos de idade, 7% possuem 20 anos de idade, 12% possuem 21 anos de idade, 14 % possuem 22 anos de idade, 9% possuem 23 anos de idade, 19 % possuem 24 anos de idade e 23% possuem 25 anos de idade (Gráfico 1). Percebesse que a maioria dos jovens está em fase de transição para a vida adulta, onde buscasse cada vez mais ganhos

financeiros superiores aos que estão começando uma carreira ou desenvolvem algum tipo de trabalho remunerado.

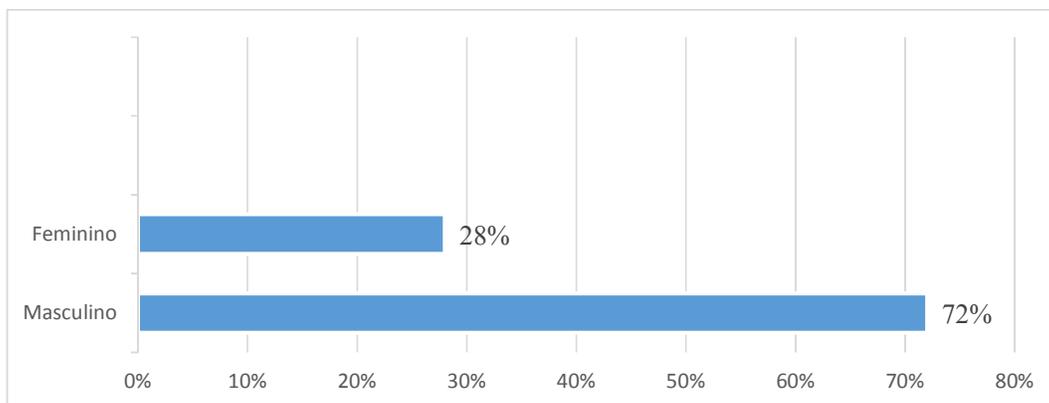
Gráfico 1 – Idade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A análise de gênero dos entrevistados revela que 72% são do sexo masculino (Gráfico 2). Há uma predominância do sexo masculino nas famílias.

Gráfico 2 – Sexo

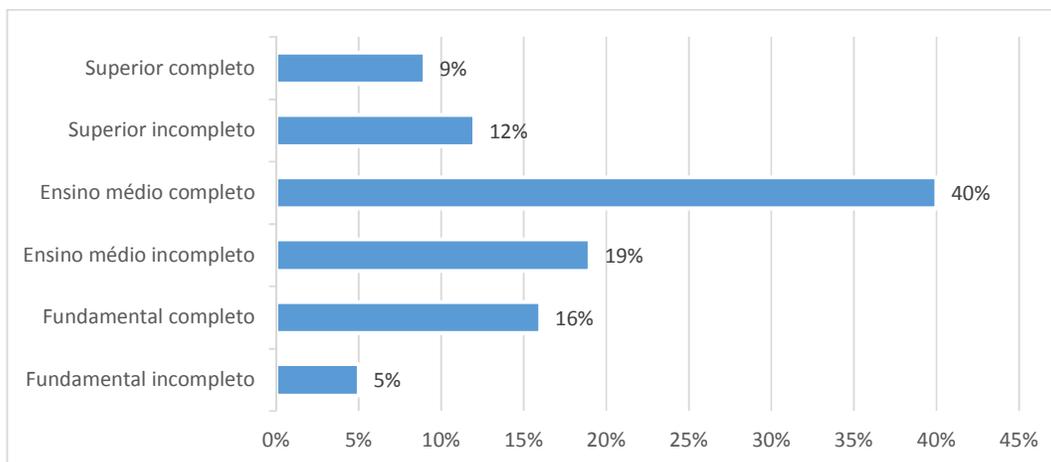


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Foi analisado a escolaridade dos envolvidos na pesquisa (Gráfico 3), e constatado que a grande maioria ou finalizou ou possui o ensino médio em andamento, enquanto que nenhum se declarou analfabeto, alfabetizado ou com Pós graduação. Isto se deve pelo

fato do município de Jaguaruna possuir uma quantidade relevante de escolas dentro e em torno do município, com faculdades e cursos técnicos disponíveis em ao menos três municípios vizinhos.

Gráfico 3 – Escolaridade

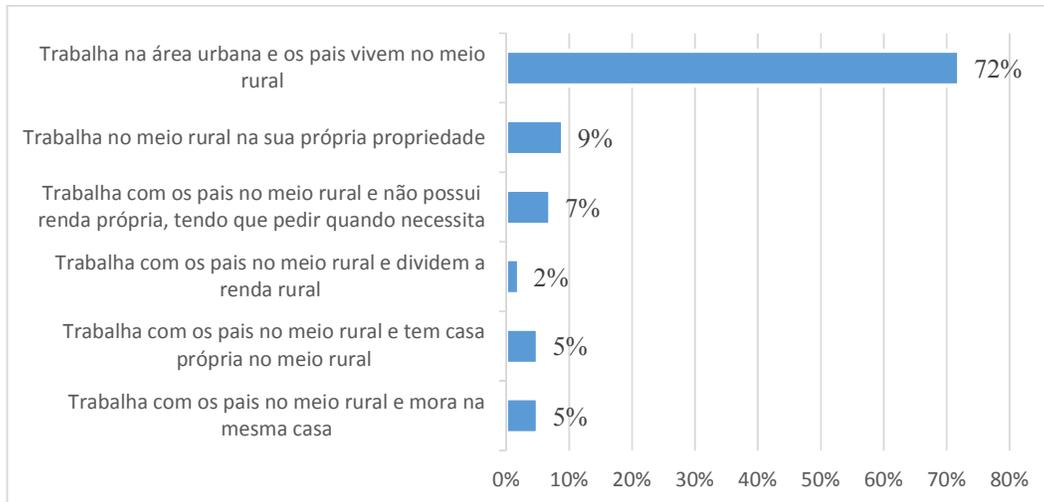


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

5.2 Relação campo e cidade

Segundo Abramovay (1998) desde a década de 70 vem acontecendo um esvaziamento no meio rural que tem ligação com a busca por melhores oportunidades de trabalho e estudos. No Gráfico 4 encontramos as condições de trabalho dos jovens, onde os mesmos estão buscando, segundo estes, oportunidades melhores de desenvolvimento profissional. Observou-se que nenhum entrevistado trabalha com os pais no meio rural e tem casa própria na área urbana, embora outras situações encontramos, como apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Condições de trabalho e vivência.

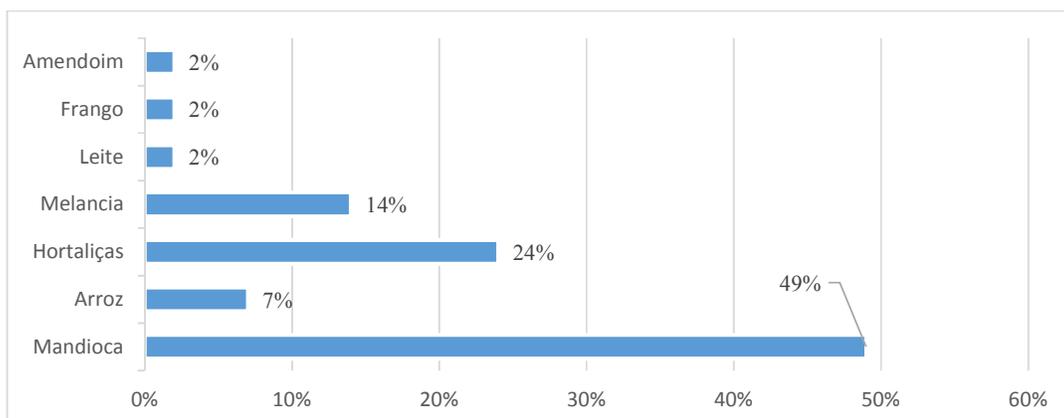


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Podemos perceber o grande volume de jovens que procuram oportunidades de trabalho na cidade. Embora suas raízes estejam no campo, alguns buscam encontrar nas áreas urbanas melhores condições financeiras, outros associados às áreas em que estudam, mas sem qualquer ligação com a atividade rural.

Apesar da maioria não estar exercendo atividades com suas famílias, foi questionado aos mesmos quais ramos de produção suas famílias atuam (Gráfico 5), uma vez que dependendo de suas atividades, estas não seriam atrativas aos jovens. Tivemos as seguintes respostas.

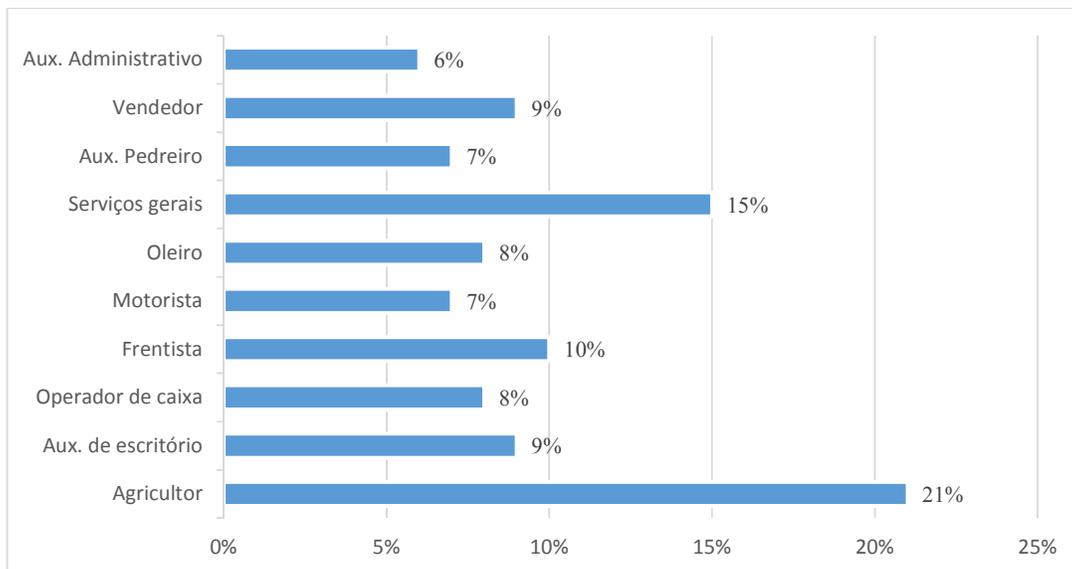
Gráfico 5 - Você ou a família trabalham com qual tipo de cultura/produção?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ainda evidenciando e buscando informações acerca das profissões desempenhadas atualmente pelos jovens (Gráfico 6), tivemos o seguinte resultado.

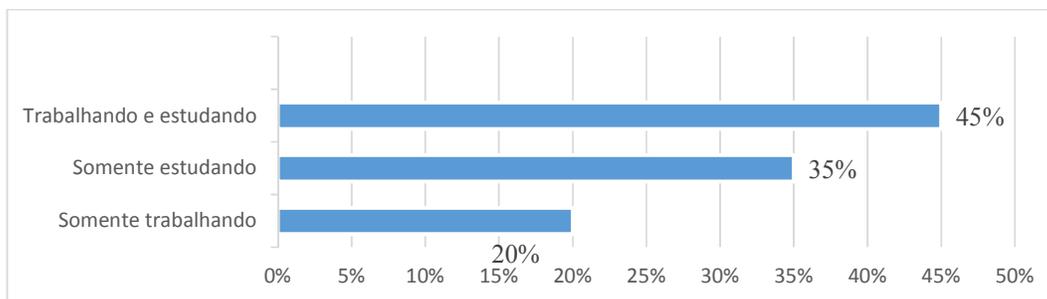
Gráfico 6 – Atividade profissional



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ainda sobre a atividade profissional desempenhada, grande parte dos jovens respondeu que são estudantes, e consideram o estudo uma atividade ocupacional no momento. Com base nesses relatos, demonstraremos qual a ocupação atual desses jovens (Gráfico 7).

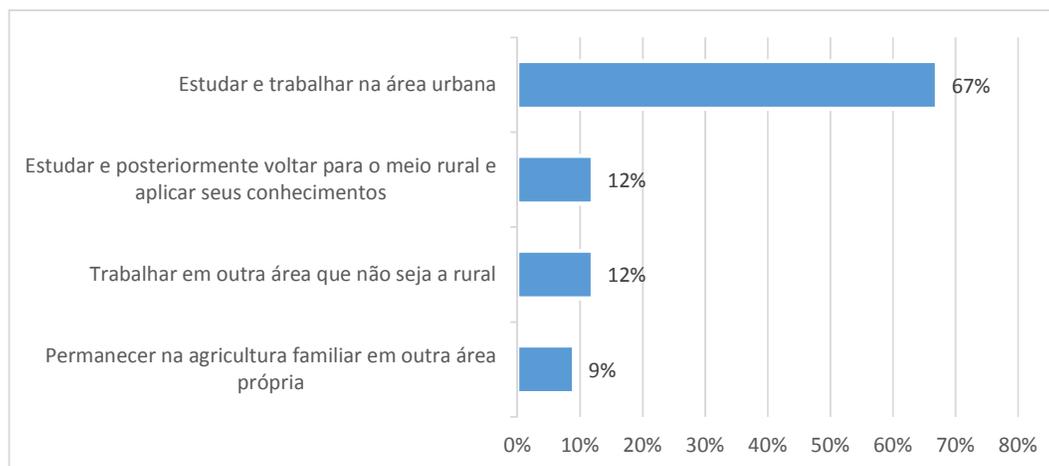
Gráfico 7 – Atividade ocupacional



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Já que todos os entrevistados possuem os pais no meio rural, perguntamos para os jovens o que seus pais almejavam para o seu futuro profissional (Gráfico 8), ou seja, qual a percepção na visão dos jovens com relação a seus pais quando o assunto é o seu futuro profissional. Constatamos que apesar de suas origens estarem no meio rural, passando de pai para filho, a grande maioria acredita que o melhor para seu filho está na zona urbana. “Observa-se que as famílias estão cada vez mais mobilizando seus filhos para investir nos estudos, afinal os que permanecem na propriedade acreditam que com o estudo é possível encontrar emprego melhor, menos desgastante e mais rentável” (ZAGO, BORDIGNON, 2012, p.6).

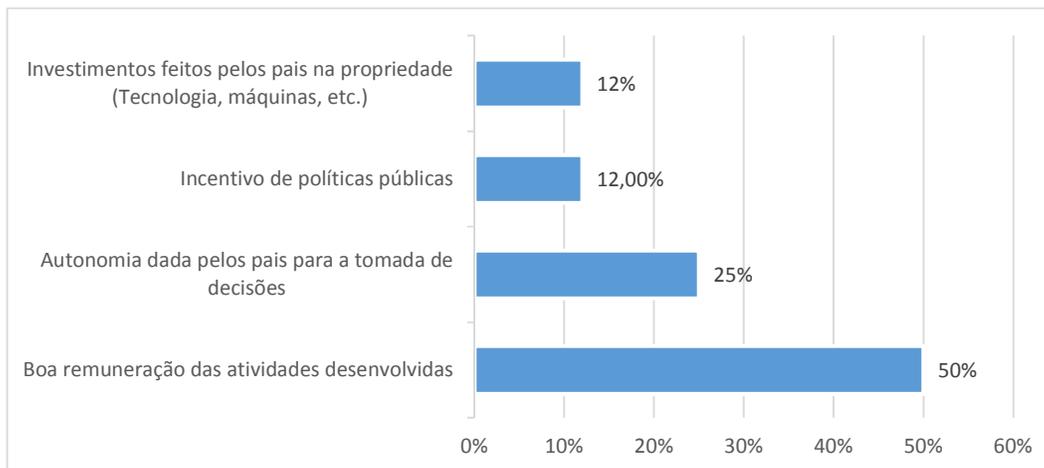
Gráfico 8 – Expectativa dos pais para seu futuro profissional.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Apesar do número reduzido de jovens que permanecem no campo (apenas oito entrevistados), procuramos entender o porquê de sua escolha em desenvolver sua atividade junto à família (Gráfico 9), onde a quantidade de terras da família e a qualidade dos produtos consumidos (alimentação saudável) e moradia barata não foram determinantes para a escolha.

Gráfico 9 - Fator de influência decisivo para a permanência no campo.

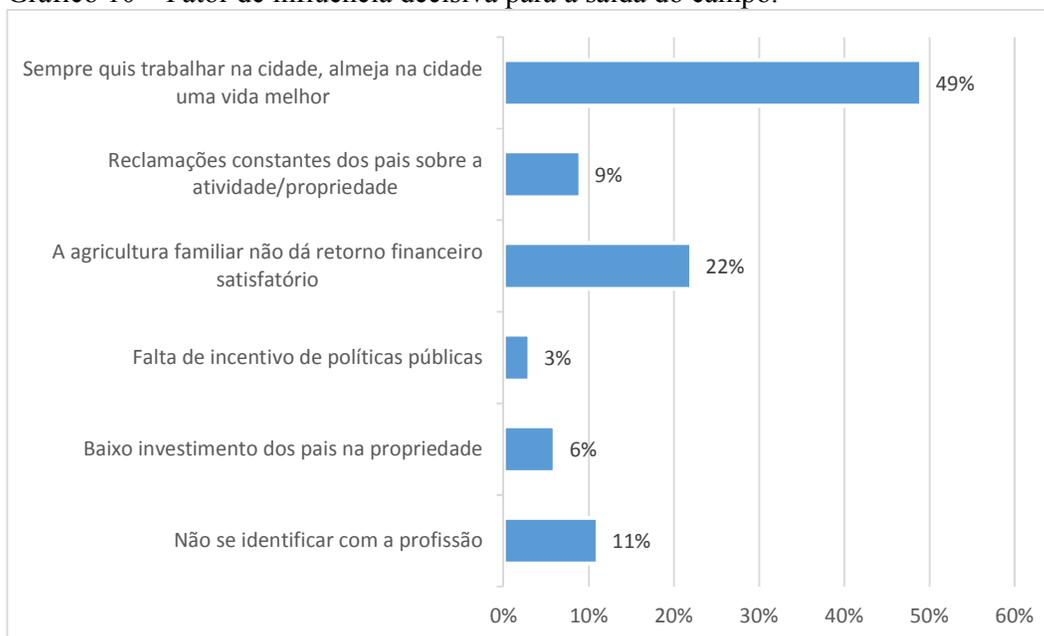


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A maioria dos entrevistados (35 jovens), fez sua escolha de sair do meio rural (Gráfico 10).

Os principais motivos para que os jovens deixem as propriedades está relacionado com as condições de trabalho e a difícil sobrevivência da agricultura familiar, principalmente por se tratar de um serviço que exige mais horas de trabalho e é pouco recompensado financeiramente. Outros motivos relacionam-se com a falta de lazer e busca por melhor qualidade de vida nos centros urbanos (ZAGO, BORDIGNON, 2012, p.7).

Gráfico 10 – Fator de influência decisiva para a saída do campo.

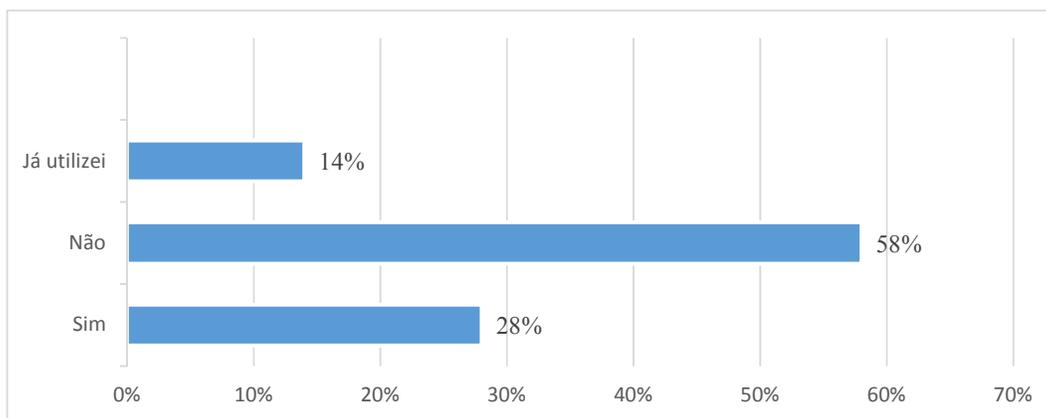


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

5.3 Relação com as cooperativas de crédito

Partindo para os conhecimentos dos participantes sobre as cooperativas de crédito, questionamos se os mesmos já haviam feito alguma solicitação de recursos (investimentos) em alguma cooperativa de crédito (Gráfico 11), independente se fosse para aplicação na sua propriedade rural ou não.

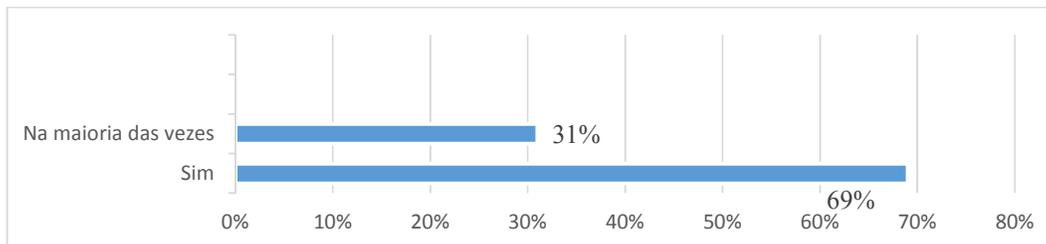
Gráfico 11 – Utiliza recursos da cooperativa de crédito.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Outro questionamento feito, desta vez para os que utilizam ou já utilizaram recursos da cooperativa de crédito, e se as linhas de financiamento oferecidos atendem de maneira satisfatória todas as necessidades quando buscam recursos para o desenvolvimento de suas atividades (Gráfico 12).

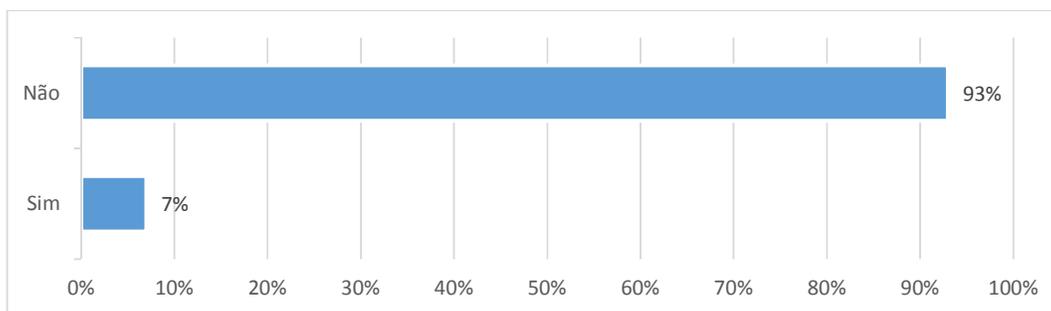
Gráfico 12 – A Cooperativa de crédito oferece linhas de financiamento satisfatórias.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Dentre as várias condições que fazem o jovem decidir a buscar novas oportunidades fora da área rural, perguntamos se a cooperativa de crédito pode, de alguma forma, influenciar ou influenciou na decisão de não permanecer no campo (Gráfico 13), onde tivemos uma expressiva condição negativa.

Gráfico 13 - A cooperativa de crédito pode, de alguma forma, influenciar ou influenciou na decisão de não permanecer no campo.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Evidenciamos que o aspecto financeiro não é determinante para a permanência do jovem no campo, mesmo com incentivos e certas facilidades financeiras, este busca novas oportunidades, influenciados pela área de estudos, questões sociais, entre outros motivos.

Todas as entrevistas tiveram um assunto em comum explanado pelos participantes: a sua autonomia. Percebe-se que muitos já tem seus planos futuros definidos, almejam buscar “novos horizontes” na cidade e não veem na cooperativa de crédito uma parceria agregadora, pelo menos não nessa etapa de suas vidas. Há uma tendência no aumento do êxodo rural no município de Jaguaruna, dada as condições de vida encontradas, o campo não é atrativo para a maioria dos jovens entrevistados.

6 CONCLUSÕES

Ao final da pesquisa realizada sobre as questões que levam o jovem a sair do meio rural e se a cooperativa de crédito pode influenciar na tomada dessa decisão, constatamos que os pais veem na zona urbana melhores condições de remuneração e vida para seus



filhos. As famílias não se preocupam com a sucessão familiar no campo, e em muitos casos, incentivam a sua saída da propriedade. Questões sociais, como o círculo de amizades e a mídia são alguns fatores que também podem influenciar desde cedo na sua escolha em estudar para posteriormente “viver em condições melhores” na cidade. A maioria desses jovens acredita que a educação abre novos horizontes e faz com que novas ideias e formas de se trabalhar ganhem força, impulsionado pela dificuldade de gerir a propriedade e pelo incentivo dos pais em buscar oportunidades fora da zona rural. Como este público está focado em sair da propriedade e não investir na mesma, as cooperativas de crédito, mesmo fornecendo fácil acesso as linhas de crédito específicas para o meio rural, não atraem esses jovens para investirem nas propriedades de seus pais. Dessa forma, as cooperativas de crédito não influenciam na decisão dos jovens, das comunidades pesquisadas, em permanecer no meio rural. Muitos não conhecem os serviços e produtos fornecidos pela mesma, tendo o entendimento que se trata de mais um banco.

Podemos concluir que ao compilar todos os aspectos citados, percebe-se a grande valia dessa pesquisa, para que se entenda de uma forma mais ampla cada uma das causas do êxodo rural apontadas e busquem-se soluções para que tais problemas possam ser solucionados. Há iniciativas importantes em prol da sustentação da agricultura familiar, mas ainda há muito que ser feito. Importante são trabalhos que mostrem a realidade dessa classe para que esse tema ganhe ênfase e sensibilize pesquisadores e as autoridades competentes no que se refere a formas mais concretas de manter os jovens agricultores familiares em suas propriedades, dando condições de desenvolvimento tanto social quanto econômico à essa parte da população.

As cooperativas de crédito da região podem ser uma alternativa para a permanência do jovem no campo e contribuir para o seu crescimento econômico e social, com o crédito orientado, produtos e serviços acessíveis e uma organização democrática, porém, este estudo revelou que neste momento as cooperativas de crédito não significam ainda para os jovens essa alternativa. Cabe a estas instituições um novo olhar para esse público, rever seu planejamento estratégico e estratégias para atrair o jovem para o cooperativismo, demonstrar sua diferença em relação aos bancos e mostrar o quanto as cooperativas de crédito podem atuar diretamente nas comunidades, sendo acima de tudo parceiras no desenvolvimento das famílias.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 2007.

BARROS, Wellington Pacheco. **O contrato e os títulos de crédito rural**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BERNHOEFT, Renato. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. 2. Ed. São Paulo: Nobel, 1993.

BURIGO, Fábio Luiz. **Finanças e Solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

CARVALHO, Vera Regina Ferreira. **Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero**. In: Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo agro 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 21 jul. 2019.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993.

LODI, João Bosco. **Sucessão e conflito na empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1987.

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural**. Revista de Administração da UFLA, Lavras, v. 8, n. 3, p.44, 2006.

MDA. Secretaria de agricultura familiar e cooperativismo. **O que é agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PIETRAFESA, José Paulo. **Agricultura familiar e reprodução social**. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/463/446>. Acesso em 17 jul. 2019.

SICREDI: COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/cooperativismo/>. Acesso em: 17 set. 2019.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.



ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos.** Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012, p.6.